

# Acordo da desobstrução é aceito parcialmente

29 ABR 1982

por Claudia de Souza  
de Brasília

O PDS aceitou apenas parcialmente a proposta do PMDB de desobstruir a pauta do Senado e votar os pedidos de empréstimos de estados e municípios de valor menor do que Cr\$ 50 milhões. Ontem, em Brasília, o grupo de prefeitos que está tocando o "lobby" de cerca de 300 prefeituras prejudicadas pelo bloqueio das discussões no Senado, decidiu guardar a nota oficial de regozijo que havia escrito pela manhã e voltar à carga na próxima semana.

O senador José Lins, que está conduzindo as negociações do lado do partido do governo, deverá entregar ao PMDB uma nova sugestão para um acordo. Sua idéia seria ampliar uma proposta do senador Henrique Santillo, que articula as conversas do lado do PMDB. Anteontem, Santillo sugeriu aos prefeitos que uma pauta diária de trabalho poderia ser estabelecida para os senadores, de apreciar 10 pedidos de empréstimos por sessão. Lins sugere que, em vez de examinar apenas os empréstimos menores do que Cr\$ 50 milhões, os senadores incluam na pauta um número mínimo de empréstimos maiores, escolhidos de comum acordo entre as lideranças dos partidos.

A secretaria geral do Senado registra 279 pedidos de empréstimos a estados e municípios, que esperam apreciação no plenário. Segundo levantamento de Santillo, seriam apreciados de imediato pelo Senado 133 empréstimos de prefeituras municipais e 11 de go-

vernos estaduais, cujo valor é menor do que Cr\$ 50 milhões.

Na sua proposta, o PMDB abria exceção apenas para três projetos de valor mais elevado, que poderiam ser incluídos de pronto na pauta. Dois deles beneficiam o corpo de bombeiros de Porto Alegre e do Rio de Janeiro e outro a Unicamp, em São Paulo. Os demais pedidos ficariam sujeitos ao entendimento entre as lideranças dos partidos. Os prefeitos consideram que os pedidos que poderão ser aprovados são muito poucos. O PDS, segundo Lins, teme que o restante da pauta permaneça sem solução.

A reação à nova proposta do PDS veio ontem mesmo, ao final do expediente da tarde: o senador Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado, afirmava que qualquer nova proposta por parte do PDS terá de ser apreciada por uma reunião de toda a bancada do PMDB no Senado. "Isso quando a bancada puder se reunir, o que é muito difícil, porque a maior parte dos nossos senadores está em campanha nos estados", disse. E arrematou: "Não aceitando nossa proposta, o PDS responsabiliza-se pela situação das prefeituras que teriam seus empréstimos de menos de Cr\$ 50 milhões aprovados pelo Senado".

A posição do PMDB é conhecida. Os senadores da oposição consideram que a liberação dos empréstimos de maior vulto favorecerá a utilização pelo PDS da máquina administrativa para uma melhor performance nas eleições de novembro.